

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que apresentamos o dossiê temático **Diversidade sexual e de gênero: desafios para a afirmação de direitos**, pois neste número estão reunidos artigos de autoras e autores que além de serem expoentes da pesquisa neste campo temático, mostram-se aguerridas/os no propósito de afirmar direitos e acesso aos segmentos da população cujas vidas têm sido o alvo prioritário das iniquidades sociais, mas não o são quando se trata de seu enfrentamento.

O desafio da concretização de políticas públicas democráticas e equânimes demanda a desnaturalização das diferenças como fator de desigualdade nas pesquisas, na produção de conhecimentos e em sua difusão. Nesta direção, esperamos que o conjunto de artigos ora apresentados contribuam para uma compreensão ampliada da diversidade sexual e de gênero e tornem-se referências para novas inquietações, estudos e debates.

No artigo “O papel da extensão universitária e o campo da diversidade sexual e de gênero”, Camilla Garcino da Silva aborda o papel da universidade articulando reflexões acerca da pesquisa acadêmica, do ensino e da extensão a partir da experiência de assessoria realizada no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) através de Projeto de Extensão vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho ressalta o potencial da extensão universitária para a qualificação profissional e o acesso a direitos, privilegiando a relação entre a universidade e sua função social.

Em seu ensaio-pesquisa “LGBT+Negras: conhecimento e políticas em revista”, Joílson Santana Marques Jr. instiga o aprofundamento de reflexões críticas acerca da percepção teórica e da vivência do ser negro e gay. Tais dimensões são apresentadas como categorias em interação, cuja dinâmica é significativa na construção das identidades aludidas e do grau de preconceitos e discriminações intercaladas de que serão alvo os sujeitos. Aborda em que medida as políticas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil têm articulado essas questões ao revisar os seus marcos regulatórios investigando o seu enlace, ou não, com a luta antirracista.

Natalia Parizotto em “Violência doméstica de gênero: desafios para seu enfrentamento no Poder Judiciário” apresenta os dados da pesquisa empírica e documental sobre a implementação da Lei Maria da Penha pelo Poder Judiciário de São Paulo (SP) que identifica na atuação de setores majoritários da magistratura a tácita desconstrução da referida lei e discute a competência híbrida dos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

“O lugar dos homens no Programa Bolsa Família: desafios e percepções para a inclusão”, de Daniel de Souza Campos tem como objeto de análise a Política Nacional de Assistência Social para problematizar o lugar dos homens na política de proteção social brasileira. Relações de gênero, masculinidades e proteção são os eixos da reflexão sobre o acesso dos homens ao Programa Bolsa Família, bem como a crítica à naturalização do não reconhecimento dos homens como sujeitos de direitos passíveis de acessar este segmento da proteção social.

No artigo “Concepções de gênero e sexualidade na assistência em saúde à intersexualidade”, Anacely Guimarães Costa traça uma análise socioantropológica que investiga as concepções de gênero e sexualidade mobilizadas por profissionais especialistas, atuantes na assistência em saúde à intersexualidade em hospitais da cidade do Rio de Janeiro, para justificar os procedimentos corretivos indicados como “urgências biológicas e sociais”, bem como a naturalização da “necessidade cirúrgica” nos genitais externos e internos durante a infância para fixar anatomicamente o padrão masculino ou feminino hegemônicos.

Douglas Oliveira Ramos, em “Famílias e homossexualidade: a experiência no Centro de Cidadania LGBT da Capital” aborda as violências sofridas pelas pessoas que vivem a sexualidade fora do padrão heteronormativo vigente na sociedade. A pesquisa qualitativa e

exploratória que subsidia as reflexões teve como objetivo analisar as implicações da vivência de uma sexualidade não normativa nas relações familiares dos/as usuários/as atendidos no Centro de Cidadania LGBT da Capital do Rio de Janeiro, nos anos de 2013 e 2014, através da coleta de dados e análise de documentos dos atendimentos realizados pelo Serviço Social na unidade.

As condições de inserção e permanência de homens transexuais no mercado de trabalho são o objeto de debate no artigo “Transmasculinidades: o direito à identidade de gênero anula o direito ao trabalho?”, de Carolina Gonçalves Santos de Brito. A análise de trajetórias de trabalho demonstra através das violações dos direitos sofridas por homens trans que o mundo do trabalho está pautado por relações sociais cisnormativas e na heteronormativas sendo, portanto, uma esfera de reprodução de relações de opressão.

“Pedra no sapato? Reflexões sobre adolescência e processo transexualizador”, de Marcela Vendramini Souza, apresenta estudo sobre as demandas trazidas por adolescentes autodenominados *transexuais* que chegam ao Hospital Universitário Pedro Ernesto à procura de inserção no processo transexualizador e aponta para a necessidade da construção de políticas públicas que viabilizem a garantia de direitos desta população.

Os textos nos compõem ao reconhecimento e ao respeito das identidades, diferenças e especificidades e à compreensão de que estas compõem um rol de direitos sociais inalienáveis e estão articulados às mudanças significativas que os movimentos sociais têm provocado na sociedade brasileira, o que julgamos ser um caminho sem volta, ainda que com imensos desafios.

Boa leitura!

Este número da Revista [SYN]THESIS foi coordenado pela professora Dr.^a Ana Paula Procopio da Silva, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo professor Dr. Guilherme Silva de Almeida, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.